

Inventar a região: a construção discursiva de Triumpho, no interior do Paraná

Inventing the region: the discursive
construction of Triumpho, in the
hinterlands of Paraná/Brazil

Inventar la región: la construcción
discursiva de Triumpho, en el
interior de Paraná/Brasil

Marcelo Ribas Filho¹

Resumo: Este artigo analisa a construção discursiva de Triunpho, no Paraná, como uma “invenção regional” articulada por elites político-intelectuais a partir do final do século XIX. Examina como narrativas memorialísticas, relatos de viagem, cartografia e legislação municipal estiveram relacionadas com a forja de uma identidade paranaense centrada no mito do progresso, atribuído ao labor do imigrante europeu e à exploração da erva-mate. Argumenta-se que essa narrativa, ao mesmo tempo que legitimou a ocupação do território, produziu um passado esterilizado, consolidando uma imagem idealizada do interior paranaense.

Palavras-chave: invenção regional; espacialidade; discurso; identidade paranaense; narrativas de progresso.

Abstract: This article analyzes the discursive construction of Triunpho, in Paraná/Brazil, as a “regional invention” articulated by political-intellectual elites from the late 19th century onward. It examines how memorial narratives, travel accounts, cartography, and municipal legislation forged an identity of Paraná centered on the myth of progress, attributed to the labor of European immigrants and the exploitation of yerba mate. It argues that this narrative, while legitimizing the occupation of the territory, produced a sterilized past, consolidating an idealized image of the state’s hinterlands.

Keywords: regional invention; spatiality; discourse; paraná identity; narratives of progress.

O discurso da estereotipia é assertivo, repetitivo, de uma fala arrogante, de uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, ponderou Albuquerque Jr. em *A invenção do Nordeste*. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada, em que as multiplicidades e as diferenças são apagadas. O mais importante, porém, é considerar que estereótipos dizem respeito a um olhar e uma fala produtiva, com dimensão concreta, porque “além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 30).

Estereótipos regionais emergem não da essência, mas da invenção: feito uma tapeçaria tecida por enunciados repetidos que pretendem definir, mas que, na verdade, constroem sua identidade, na qual a espacialidade é dinâmica e resiste à noção de imutabilidade. Não é uma questão, portanto, de desenterrar verdades ocultas, mas de reconhecer as realidades que são fabricadas na superfície, nas exterioridades visíveis e nas diferenças manifestas que esses enunciados descrevem e, por sua vez, criam (Albuquerque Júnior, 2009, p. 35). Em sua formação discursiva, as verdades produzidas sobre o Nordeste do Brasil, no caso do estudo supracitado, direcionaram e direcionam comportamentos e atitudes em relação ao nordestino em muitos sentidos, inclusive na forma de marcar a própria diferença em relação ao “Sul” e veicular um discurso “civilizatório” e “moralizante”: o Nordeste seria “o modelo contra o qual se elabora ‘a imagem civilizada do Sul’” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 75).

A narrativa da colonização de Triunpho², município do interior do Paraná, na região Sul do Brasil, também foi desvelada como uma construção discursiva, uma invenção que insurgiu no cruzamento do poder político e intelectual. Essa invenção não é inocente; ela serviu a um propósito: estabelecer um regionalismo que legitimou a ocupação e a transformação do interior do Paraná, uma espacialidade pintada com pinceladas de progresso³ a partir da revalorização das imagens dos imigrantes europeus – agora “laboriosos” –, junto da abundância de recursos naturais. Por óbvio, é uma narrativa simplista, reduzindo a região a uma série de símbolos que serviram a um jogo elitista de interesses.

Este artigo propõe-se a desmontar essa teia discursiva que inventou Triunpho como um espaço mítico, progressista e virgem, pronto para ser dominado pelo trabalho e pela racionalidade de uma elite intelectual e política predominantemente masculina. Partindo da análise da obra memorialística, demonstraremos como a

narrativa local reproduz e consolida um passado esterilizado, linear e heroico, centrado na figura do pioneiro. Em seguida, no tópico “Desbravar e nomear”, exploraremos como a própria ideia de *região* é um artefato dinâmico, forjado por relações de poder e saber, e como a cartografia e os relatos de viagem atuaram como tecnologias de apropriação simbólica e material do território. A seção “A região pelos viajantes” examinará especificamente os discursos produzidos por viajantes e intelectuais – como Silveira Neto – que, ao descrever a paisagem e a colônia de Palmyra, estavam engajados em um projeto mais amplo de construção de uma identidade paranaense distintiva e “moderna”. Por fim, em “Trabalho e progresso: a fábula dos imigrantes”, analisaremos a centralidade da figura do imigrante europeu e da exploração da erva-mate nessa fábula do progresso, um discurso que invisibilizou conflitos, violências e a presença de outros grupos sociais, fabricando uma história limpa e utilitária para o interior do Paraná. Ao percorrer esses eixos, argumentamos que a invenção de Triunpho é um capítulo significativo na invenção do próprio Paraná, uma operação discursiva que, ao eleger seus protagonistas e enredos, criou uma região tão específica quanto ilusória, cujos efeitos ecoam até o presente.

TRIUMPHO

A região foi, então, desbravada graças à força-tarefa realizada pelos bravos pioneiros. Picadas foram abertas na mata, sementes lançadas na terra, graças à união e o suor do trabalho de cada um dos moradores que sonhava, sobretudo, com uma nova vida naquele paraíso que os recebia de braços abertos.

Por isso é de suma importância registrar nossa eterna gratidão aos nossos ancestrais, bravos guerreiros que, munidos de fé e esperança, chegaram ao Vale do Iguaçu e aqui plantaram – com o suor do trabalho – as sementes do progresso!

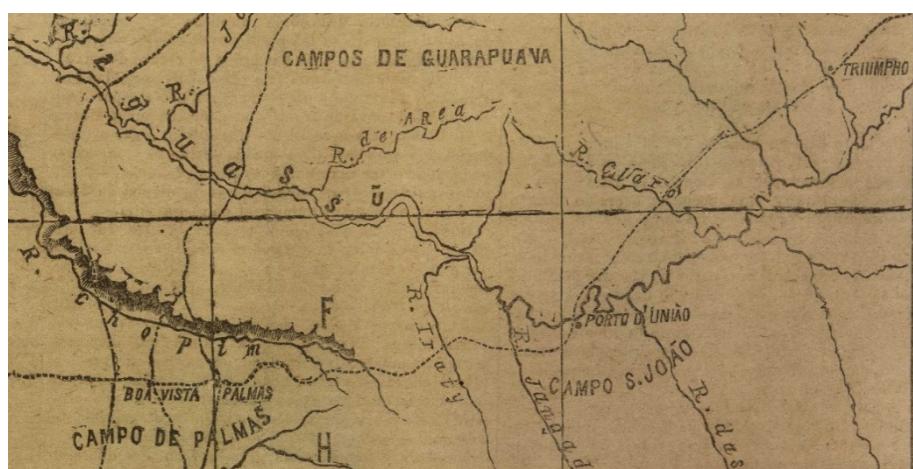
Os imigrantes – esses bravos guerreiros –, não mediram esforços e, com o suor do trabalho, desbravaram aquelas terras, transformando o lugar num grande celeiro agrícola (Kasprzak, 2019, p. 13-56).

Parte da narrativa oficial sobre Triunpho foi compilada por Celso Kasprzak, no livro *Pelos caminhos do Triunfo*, de 2019. A partir dos fragmentos, é visível que é uma história dependente de protagonistas, pela centralidade dada às figuras dos pioneiros, dos ancestrais e imigrantes – é como se existisse um passado mítico, ao mesmo tempo penoso e laureado, onde os antepassados, laboriosos por natureza, desbravaram uma terra que lhes acolhia. A presença de tais elementos

nas seleções de memorialistas locais, em seus modos de construir o passado, não é novidade (Cf. Thiesse, 2002). A escolha por protagonistas históricos também não é fortuita, porque haveria uma relação direta entre os pioneiros, os governantes, as pessoas ilustres, e a determinação dos chamados fatos históricos: não existiria Triunpho sem os “bravos guerreiros” ancestrais que, “com o suor do trabalho”, levaram a região ao “progresso”.

Até mesmo a progressão e a linearidade fazem parte da estrutura textual: é uma sucessão de acontecimentos e é sempre necessário retroceder, voltar atrás, olhar para as origens e para os fundadores, que teriam permitido o porvir. Por isso a jornada dos heróis-fundadores e, posteriormente, dos imigrantes, só faria sentido com um recuo temporal e dentro da explanação do contexto do tropeirismo, de meados dos séculos XVII e XVIII, no que viria a ser a Província do Paraná. Já manifesto na produção cartográfica de fins do século XIX, mesmo que de escanteio, Triunpho estava, justamente, em uma das rotas possíveis para as atividades que envolviam a pecuária e o transporte de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Ao atravessar o Paraná, os tropeiros tinham no Campo de Palmas duas opções: seguir pelos campos de Guarapuava ou pela Estrada de Palmas, em direção a Porto d'União, passando por Triunpho e, depois, Palmeira. A vantagem da última alternativa seria a proximidade com a capital, Curitiba (Kasprzak, 2019, p. 8).

Figura 1 – Carta dos campos de Guarapuava e Palmas (1882)



Fonte: Adaptado de Tourinho (1881).

Desse processo teria decorrido a ocupação no território que Kasprzak chama de “sertão”⁴ do Vale do Iguaçu. A ideia de ser uma região inexplorada,

inabitada, com a área em oposição ao espaço de domínio da civilização e, portanto, com o justificado processo de povoamento, é produzida na medida em que o autor apresenta textualmente a imagem da natureza local. O memorialista se refere à paisagem composta por “mata virgem”, “imensa floresta”, um “paraíso ecológico”, com “belas araucárias” que “protegiam, gratuitamente, a erva-mate”, com “caça farta”, “solo fértil” e “água muito ricas” (Kasprzak, 2019, p. 11). Era como se os recursos naturais fossem um chamariz para a descoberta, ocupação, exploração e desenvolvimento de um espaço ainda selvagem, no qual seria a ação humana – “com o suor do trabalho” – responsável por modificar esse cenário. Nota-se nas citações iniciais o quanto Kasprzak antropomorfiza romanticamente a região: tratava-se de um paraíso que recebia de “braços abertos” os “bravos pioneiros”.

O protagonismo, nesse cenário, foi concedido a João Nunes de Souza, um caçador, natural de São José dos Pinhais. Em meados do século XIX, João teria tomado rumo à Estrada de Palmas, passado pelo rio da Várzea, afluente do Iguaçu, e prontamente estabelecido posse ao seu entorno. Posteriormente, o posseiro teria doado uma área para a construção do cemitério local, em que, aos poucos, “outros sertanistas também desembarcaram”. A religiosidade desses primeiros ocupantes estaria evidenciada pela devoção ao santo católico de mesmo nome do fundador, São João Batista, inspiração para alcunhar a capela construída em 1867 e, em 1871, a freguesia de São João do Triunpho (Kasprzak, 2019, p. 11).

A efetivação da ocupação e do povoamento em Triunpho dar-se-ia com a política de colonização do Estado do Paraná, responsável por criar, em 1891, a colônia de Palmyra, composta por 88 lotes rurais agrupados nos núcleos de Rio dos Patos e Bromado, nos terrenos localizados à margem direita do Rio Iguaçu. Para Kasprzak (2019, p. 48), “Nas terras brasileiras, os imigrantes *lançaram as sementes da esperança*, suas famílias floresceram e, com o passar dos anos, seus sonhos tornaram-se realidade”. Somado ao que seria o “plantio de esperança” em uma terra estrangeira e acolhedora, o memorialista destaca como os imigrantes foram favorecidos pelo empreendimento de outros protagonistas: em princípio, teria sido o capitão Carlos José de Oliveira e Souza, primeiro prefeito do município a partir de sua emancipação política, em 1890, o responsável por boa parte do desenvolvimento inicial da região, por ser ele um industrial da erva-mate; segundo, seria o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, “com sua visão para negócios”, em fins do século XIX, o responsável por iniciar a navegação à vapor no Vale do Iguaçu, com embarcações que transportavam erva-mate, madeira,

mercadorias, passageiros e “desenvolvimento” (Kasprzak, 2019, p. 36-39). Em suma, com o resgate dos protagonistas (do caçador, do capitão e do coronel) e, depois, conectando-os a partir do encadeamento sucessivo de determinados elementos (terra vazia + pessoas certas), a narrativa estaria cumprindo seu propósito teleológico.

Se a correlação do “espírito empreendedor” desses personagens à fartura de recursos naturais se tornou elemento central no passado comportado pela obra de Kasprzak, é justo aferir que o edifício narrativo por ele construído só foi possível a partir da reprodução dos documentos oficiais da história político-administrativa de Triunpho, como o Livro do Tombo da paróquia municipal em que a “origem” é contada exatamente da mesma maneira⁵. Por essa forma de operar, repetir o registro documental seria representar o próprio fato histórico, de maneira plena e completa: a “verdadeira história triumphense”, a “história total do Triunpho”, só poderia ser contada pelos próprios arquivos, visto serem eles autoexplicativos e de interpretação dispensável⁶. Entre os espaços do não registrado, da falta de detalhes ou dos limites de uma documentação político-administrativa escrita por poucos dos homens letRADos e que ocuparam posições de poder a partir da última década do século XIX, estaria aberta a possibilidade de completar as informações com as referências que o autor julgou coerentes, em especial em relação ao que seriam as características naturais dos homens pioneiros (sobretudo a disposição para o trabalho e a religiosidade), responsáveis por elevarem os “espaços virgens” a um suposto progresso. A ausência de conflitos e violências, de contradições, a inexistência de mulheres, pessoas negras, escravizados e ex-escravizados, indígenas, pobres, pessoas comuns, marginalizados, desviantes, loucos e criminosos, a falta de interesses econômicos ou políticos por parte dos personagens principais, acrescentam-se à imaginação sobre um passado idílico, puro e bucólico. É um passado esterilizado, limpo, um simulacro histórico artificializado.

São essas as escolhas de fragmentos da realidade do autor transportadas para o texto, com o arranjo de seus valores e de seu lugar social (sendo homem descendente desses imigrantes-pioneiros e com parte da vida dedicada ao serviço público municipal), com a criação de coerências e rupturas, com o uso lógico e ordenado de lugares e pessoas, de linhas cronológicas, com manifestações contextuais e textuais de sua cognição com o mundo. Trata-se de inventar um Triunpho localizado na dimensão a que Roland Barthes chamaria de “mítica”.

À superfície da linguagem, algo se imobiliza: o uso da significação está escondido sob o fato, dando-lhe um ar notificador; mas, simultaneamente, o fato paralisa a intenção, impõe-lhe como que uma inconfortável imobilidade: para a inocentar, gela-a. É que o mito é uma fala *roubada e restituída*, simplesmente a fala que se restitui não é a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada em seu lugar exato. É esse breve roubo, esse momento furtivo de falsificação, que constitui o aspecto transido da fala mítica (Barthes, 1985, p. 146-147).

O discurso mítico se refere a um procedimento semiológico de “roubo” e de “restituição”, ou seja, primeiro há o movimento de captura e depois de reelaboração com competência de verdade, de criação de uma “verdade melhorada”. Processo que não é dialógico, visto ser parte de um lugar de verdade como espaço de produção de discursos que se impõem sobre os seus objetos de forma “mais verdadeira”, “mais real”, portanto, factível, assimilável e utilizável na medida em que podem servir em composição a outras tramas discursivas. Por isso, é um discurso que não se localiza apenas na região do conceito: conforme aparece como enunciador impositivo de verdades, cria realidades, define espaços naturais, culturais, sociais etc.

DESBRavar e nomear

Como se pode supor, porém, não é o trabalho de um memorialista o responsável por inventar o Triunpho ou atribuir os nexos, liames e elos da memória paranaense a respeito dos imigrantes europeus e a erva-mate. A breve exposição do trabalho do memorialista aparece, na realidade, como poeira levantada pela produção discursiva do que chamamos de Paraná e região Sul do Brasil; acaba sendo um feixe do que foi registrado nos documentos oficiais locais, na memória coletiva arquitetada dos imigrantes e seus descendentes, nos dispositivos que sustentaram a ideia de identidade nacional e regional, no conjunto de regras e enunciados em que se desenvolveu boa parte da história intelectual brasileira desde, pelo menos, o início do período republicano no fim do século XIX; efetivamente, repercute parte do que esteve acentuado na construção do Paraná enquanto região.

Desse ponto de vista, o conceito de *região* não está limitado ao espaço físico, geográfico ou político-administrativo, e não pode ser encarado como elemento fixo, imóvel, natural, pois “na demarcação das implantações, das limitações, dos recortes dos objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que

se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder” (Foucault, 1979, p. 159). Regionalizar, além disso, envolve sempre processos de poder e de saber, porque depende de atos que nomeiam, significam, aplicam intervenções, implicam autoridades. A constituição da região, portanto, está relacionada com “as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 33), isto é, no encontro entre linguagem e poder, entre o visível e o dizível.

[...] a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. O que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele (Albuquerque Júnior, 2009, p. 59).

O discurso regionalista não oculta uma “verdade da região”, ele o institui. As visibilidades e dizibilidades sobre o interior do Paraná referem-se, portanto, aos discursos que inscrevem os próprios espaços, que recortam os territórios, definem as fronteiras, os produzem, os pressupõem, os inventam, os legitimam e os atribuem efeito de verdade. E isso não é dado de modo único: falar do discurso regional é se ater a uma série de práticas, sejam elas econômicas, sociais, políticas, culturais, e até jurídicas, que “não estabelecem entre si qualquer determinação, apenas se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas ou não-discursivas” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 34). Por isso, é apropriado repetir, a invenção de Triunpho está alocada em uma trama mais ampla: da região Sul do Brasil, do Paraná, do interior paranaense. Essa região deve ser vista como um conjunto de enunciados e imagens que se repetem, com certa constância, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos.

Há uma possível aproximação dessa definição de *região* com a análise de Anne McClintock (2010, p. 46-55). Em seus termos, a região seria animada tanto pela *geografia imperial*, ou seja, pelas relações de poder, quanto por uma *erótica do conhecimento*, isto é, por relações de saber. Apesar de parecer repetitivo e similar com a anterior exposição, a novidade é que essas relações de saber devem ser percebidas por sua dimensão erótica, de gênero. O conhecimento, nessa perspectiva, está articulado por uma jornada e por uma tecnologia de conversão: a penetração masculina e a exposição de um interior feminino velado; e o agressivo

convertimento de seus “segredos” numa ciência masculina visível da superfície. Nessa acepção, a região é tornada feminina e passa a ser espacialmente exposta: os exploradores-intelectuais, agentes do poder e do conhecimento, chamam as terras desconhecidas de territórios “virgens”; a cena sexual da origem, ou seja, da penetração masculina no espaço virgem, autoriza a nomeação das “novas terras”; ao nomear vistosamente uma nova região, garante-se uma relação privilegiada com a origem e com a conquista do título de “descobridor”, subsequentemente com a sua história. Tornado feminino, o conhecimento desse “mundo desconhecido” passa a ser mapeado e exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado pelos jogos produtivos de poder.

O mito da terra virgem e da terra vazia, como se viu e como se verá, possui uma certa recorrência e consistência na produção discursiva do Triunpho, visível tanto na narrativa do memorialista local quanto em seus antecessores. A erotização do espaço que seria reconhecido como paranaense, nesse caso, foi circunstancial ao aparecimento de determinados grupos políticos-intelectuais, que, com o ímpeto da inseminação masculina da história, da linguagem e da razão, foram ativos (como machos) na invenção do Paraná.

A conformação paranaense enquanto região não ocorreu com sua emancipação da Província de São Paulo, em 1853. O pré-requisito fundamental para a configuração material paranaense se deu somente a partir do século XX, pois era totalmente dependente da apropriação e delimitação de um território, conforme teoriza Christiane Marques Szesz (1997), em *A invenção do Paraná*. A questão é que a área disputada com a Argentina e com Santa Catarina, no final do século XIX e no início do século XX, constituía-se de um lugar amplo onde estavam concentrados grandes latifúndios de erva-mate e para a extração de madeira, quer dizer, desmembrar esses territórios afetaria diretamente os interesses econômicos das classes abastadas do Paraná – a preocupação econômica dos governantes, desde meados do século XIX, girava em torno da erva-mate, madeira e da criação de gado nos campos. Entre as três atividades predominantes, a erva-mate havia se tornado a mais importante e rentável. Não sem motivo, as classes dirigentes e os proprietários de ervais na região territorial disputada passaram a impor barreiras fiscais ao produto remetido pelos portos de Santa Catarina e as terras se tornaram alvo de diversos interesses, principalmente de governantes que já se encontravam no interior – nos “sertões” – uma vez que a exploração de erva-mate necessitava de extensos espaços de campo.

A efetivação do domínio no interior do Estado, para essas oligarquias em ampliação ou formação, carecia não apenas do investimento em um controle jurídico, político e econômico da área em litígio, mas, justamente, de uma legitimidade mais bem amarrada sobre esse espaço (Szesz, 1997, p. 97). O referencial geográfico era parte imprescindível para a formação da região: qualquer tipo de diferenciação cultural ou social “identificante”, àquela altura, não era tão determinante para que se pudesse construir e delimitar o novo espaço regional. Os intelectuais, então, ganharam papel importante, uma vez que a descrição dos limites físicos do Paraná foi uma das formas de naturalizar um interior efetivamente paranaense. Era necessário cartografar a região, em sentido abrangente.

A produção da legalidade físico-territorial da região foi possibilitada pela contribuição dos ‘especialistas do saber’, que buscaram argumentos para preservar a integridade do território do Paraná. Coube aos intelectuais, vistos aqui como produtores de uma fala sobre a região, envolvidos direta ou indiretamente no jogo político local, um papel de destaque na elaboração do Paraná (Szesz, 1997, p. 120-121).

Os “especialistas do saber” seriam originários de famílias de estirpe, com sobrenomes que lhes davam algum prestígio nos circuitos dirigentes e aos ramos economicamente dominantes, ao ponto de conseguirem barganhar refúgios profissionais em troca de suas especialidades, principalmente a partir da escrita. Escrever significava criar tradições, recontar o passado e, concomitantemente, produzir um discurso que afirmasse a posição republicana e as diferenças em relação aos demais Estados do país.

A existência desse movimento intelectual é reforçada por Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior (2018), em sua tese sobre os espaços de produção histórica no Paraná entre as décadas de 1890 e 1930. Os agentes estudados pelo historiador eram todos homens que ocupavam cargos eletivos ou pertencentes à legenda partidária dominante e possuíam emprego na estrutura administrativa do governo, reafirmando posições dos grupos ervaateiros que revezavam o poder na presidência do Estado. Foi o caso, por exemplo, de Romário Martins, um dos nomes mais proeminentes entre as figuras da intelectualidade paranaense. As disputas por hegemonia no período pré-republicano, que acarretaram no fechamento do jornal *Dezenove de Dezembro*, em 1890, fizeram com que Martins fosse realocado no *Diário do Commercio*, paragem na qual conviveu com jornalistas e polígrafos

consagrados e com grande capital político, como Justiniano Mello e José Francisco da Rocha Pombo. Depois, passou a integrar a equipe do periódico *A República*, órgão do Partido Republicano Federal, que correspondia aos interesses dos novos mandatários do Paraná. Não precisou de muito tempo para que Romário Martins figurasse entre os nomes mais prestigiados dentro do partido e da imprensa, fato que alavancou sua carreira no serviço público.

Junto de Romário Martins, havia um grupo de intelectuais nascidos entre 1860 e 1870 que passou a prevalecer nos espaços de produção cultural após a década de 1890. Entre eles, encontravam-se Dario Velloso, Emiliano e Júlio Penetta, Agostinho Ermelino Leão, Sebastião Paraná, Silveira Neto, entre outros. Na medida em que visavam fortalecer um grupo de escritores a nível local⁷, foi iniciada uma aproximação com o Movimento Simbolista, compreendido como vanguarda porque seria uma maneira de romper com o Romantismo prevalente nas gerações anteriores e por “ser um padrão estético marcado pela primazia da técnica aplicada à poesia, o que era associado a um ‘refinamento da arte’” (Camargo Junior, 2018, p. 58-59). Caberia, portanto, a esses e outros intelectuais do “jovem Estado” com território em disputa, a promoção de um passado que lhes entregasse valorização em nível nacional enquanto também definisse a especificidade local. Tal fato estava alocado ao projeto de instituição do espaço regional, ou seja, era necessário conhecer e difundir os signos do “verdadeiro Paraná”.

O desenvolvimento da imprensa e o interesse nacionalista de “conhecer de fato” o país fizeram com que jornais fossem preenchidos com notas de viagem. As narrativas de viajantes inauguraram a tradição de tomar o lugar de onde se fala como ponto de referência. No caso do Paraná, a capital era o centro e o que havia no interior era tomado como regional, como estranho, como coisa a ser conhecida e integrada na cultura paranaense. Ao mesmo tempo, os “relatos de estranhamento” ajudaram a cunhar uma identidade para a região de quem fala, oposta à área de que se fala, “atentando para as diferenças entre o espaço do sujeito do discurso e o que ele está visitando” (Carvalho; Rundvalt, 2017, p. 72). Esses relatos ajudaram a formular um arquivo de imagens e enunciados sobre a região – aquilo que Albuquerque Junior (2009, p. 32) chama de “estoque de verdades”, onde a construção discursiva impõe uma dada forma ao falar da “verdadeira” região. Isso só pôde ser fabricado a partir do agrupamento conceitual de uma variedade de experiências conhecidas e reconhecidas como caracterizadoras daquele espaço e de sua identidade.

Portanto, relatos de viagens sobre o interior do Paraná, como as expedições de meados do Oitocentos, de Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay, não dizem respeito a simples notas de viajantes isolados, pois são experiências históricas agrupadas, reunidas, estocadas e, mais do que isso, alinhadas a um discurso teórico que intencionava ser o conhecimento definitivo da região (Pereira; Iegelski 2002; Rundvalt, 2016). Isto é, essas narrativas não podem ser reduzidas a meros registros esparsos ou impressões pessoais de observadores passageiros, pois constituíram um discurso acumulado e interligado por instituições que transformaram observações em verdades estáveis. Aí se designa, por exemplo, o mapa produzido pelo alemão Robert Jannasch, um dos fundadores da *Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande*:

Figura 2 – Karte von Santa Catharina und Paraná: de Robert Jannasch (1904)



Fonte: Adaptado de Jannasch ([1900?]).

Com detalhes, Jannasch, além de cartografar parte considerável do leste de Santa Catarina e do Paraná, traçou as linhas territoriais de trechos do interior de ambos os Estados, incluindo Triunpho. Essa era uma região visada para formar agrupamentos e postos comerciais em áreas não europeias, o que justificou sua viagem, no início do século XX, para o sul do Brasil. Nesse sentido, mapas como esse não eram representações neutras ou objetivas do espaço, mas construções que incorporaram e reforçaram relações de poder, determinando o que seria visível e invisível, o que seria considerado importante e o que estaria à margem – de uma verdade construída por quem tem o poder de mapear. Eles tinham a

capacidade de definir territórios, fronteiras e identidades, produzindo percepções, organizações e controle.

De forma direta, a feitura de mapas esteve a serviço da produção da região. A cartografia, no sentido estrito, é uma das tecnologias de conhecimento que “professa a captura da verdade sobre um lugar de forma puramente científica, operando sob a guisa da exatidão científica e prometendo recuperar e reproduzir a natureza exatamente como ela é” (McClintock, 2010, p. 53), ou seja, é o uso de um conjunto de técnicas de posse que assegura que aqueles capazes de fazer representações tão exatas teriam também direito ao controle territorial. Ao mesmo tempo, as beiras e espaços vazios (como na representação supracitada em que aparece um amplo espaço entre os campos de Palmas, Guarapuava e Triunpho) dos mapeamentos produzidos com intenções coloniais são vivos lembretes das lacunas do conhecimento, ou seja, do caráter tênue da posse e da verdade sobre a região: por isso, era preciso se somar a um olhar mais próximo, descritivo e detalhista sobre esse “vazio”.

A REGIÃO PELOS VIAJANTES

Os relatos de viagens sobre a área navegável do Rio Iguaçu foi uma das formas de proliferação e instituição de verdades de componente importante do interior paranaense. Acompanhar o Rio Iguaçu significava atravessar boa parte do Estado, uma experiência para poucos na década de 1890, fato que se tornou mais comum na primeira década do século XX, visto o aumento do número de comentários publicados nos jornais de Curitiba. Destacam-se algumas edições em que os viajantes passaram por Triunpho: *A Notícia*, em 1906; *A Republica*, em 1906 e novamente em 1917; *Diario da Tarde*, em 1908; *O Olho da Rua*, em dois exemplares de 1909. Nesses episódios, as narrativas quase nunca eram assinadas por seus autores e não necessariamente estavam ligados a um movimento cultural definido e articulado; por isso, particular é o caso da geração simbolista manifestada na *Revista Azul*, com um relato inaugural sobre Triunpho em 1893, no único ano de circulação do periódico. Na revista, Manuel Azevedo da Silveira Neto, egresso da Escola de Belas Artes de Curitiba e concursado da Receita Federal, publicou as seis partes de *A Viagem*, texto que iniciou os debates sobre a paisagem local e que marcou a produção dos membros de seu circuito intelectual.

A viagem de Silveira Neto foi iniciada no dia 22 de novembro de 1892, ao lado de Philinto Braga, Maneco de Andrade e outro homem que não chegou a ser descrito.

O relato da jornada não começa nas embarcações que navegaria pelo Iguaçu rumo ao interior, mas na própria Curitiba. Descreve-se um dos bairros, o Batel, como um subúrbio onde havia um desenvolvido núcleo de trabalho decorrente das indústrias; era um lugar de poucas habitações, que mostrava ao viandante diversas fábricas “que constituem as forças de suas artérias” (Silveira Neto, 1893, p. 5-6). Conta-se sobre as barricarias e casas comerciais que preparavam e vendiam presuntos, óleos de banha, conservas de carne, sabão e velas; destaca-se o engenho de beneficiar erva-mate do Barão do Serro Azul e como o produto era a maior fonte da exportação do Paraná – são citados o naturalista francês Saint-Hilaire e o botânico britânico John Miers, atestadores do quão valioso era o *ilex-Curytibensis*.

Por que seria interessante começar o relato de viagem em/de Curitiba? Se a modernidade é fundamentalmente urbana, não é adventício que boa parte da produção intelectual não seja produzida apenas *na* cidade, mas *a partir* dela (Gruner, 2012, p. 42). Ainda que no final do século XIX, com um pouco mais de 50 mil habitantes, Curitiba não fosse comparável às metrópoles europeias, foi tornada personagem (com artérias) nas páginas dos livros, revistas e jornais. Significar a cidade, simbólica e imaginativamente, evocando seus emblemas (a erva-mate) e personagens (os industriais), cooperava para a formação de uma nova sensibilidade moderna e urbana. Do ponto de vista do poder público e das novas elites “era preciso construir uma capital condizente com sua condição pretensamente moderna e cosmopolita”, então novas sociabilidades, hábitos, padrões de comportamento e costumes deveriam acompanhar tais mudanças e “tanto a *literatura* quanto a *leitura* ocupam aí um papel central, entre outras coisas porque seu cultivo denota a emergência de uma sensibilidade mais afinada com as noções europeias de civilidade e progresso” (Gruner, 2012, p. 50-52). Além de tudo, narrar a cidade era uma forma de posicionar a crescente capital frente ao interior que, com o investimento necessário, poderia, quiçá, chegar a experienciar os sinais da vida urbana.

Depois de haver “dirigido um rápido olhar de satisfação para tais elementos de progresso”, a comitiva do poeta simbolista partiu pela estrada “deixando os últimos vestígios da capital e começando a entrar nas brumas da saudade” (Silveira Neto, 1893, p. 6-7). Era o momento de criar imagens do interior para o consumo da capital. Em direção a Campo Largo e, a seguir, Palmeira, os viajantes chegaram vários dias após a partida em Porto Amazonas, onde paravam os vapores de navegação. A área recebia o nome do já citado Amazonas de Araújo Marcondes,

coronel e empresário, detentor do “privilégio para estabelecer por si ou por meio de uma companhia, uma linha de navegação a vapor no rio Iguassú, desde o ponto denominado – Cayá Canga até ao Porto de União”, a partir da década de 1880 (Brasil, 1879). A hidrovia adquiriu importância para o escoamento da produção local, especialmente dos ditos “ciclos econômicos” da erva-mate e da madeira, até meados da década de 1940, quando tanto a economia ervateira quanto a navegação no Iguaçu entraram em decadência (Guimarães; Monastirsky, 2018).

Destinando-se à colônia Palmyra, localizada entre as nucleações de Rio dos Patos e Bromado, no território de Triunpho, Silveira Neto (1893, p. 6-7) conta que a embarcação era a única coisa que rompia o “silencio poetic da natureza” do “majestoso rio Iguassú”, o restante era “matto, ceo e agua”. A constituição da paisagem do rio entendido como “integralmente paranaense” em obras posteriores (Cf. Silveira Neto, 1939) dependeria de certa capacidade de pôr em palavras o que dizia estar experenciando, por isso o uso de diferentes estilos narrativos:

Da agua fendendo a correnteza clara
Caminha a *lancha* placida e ligeira,
A' margem triste e quedo se depara
O vulto solitario da palmeira.
Pinheiros quasi nus vão como para
O termo opposto, andando de carreira,
E o salgueiro que os galhos debruçara
Como sentindo a solidão inteira.
Paysagem morna e linda, quem não ha de
Sentir vibrarem suas fibras em
Face d'ella. Por esta immensidade.
Sentimo-nos bem grandes... e tambem
Grande se torna a sombra da saudade
De um ente amado que ficou alem... (Silveira Neto, 1893, p. 7).

O poema *Em viagem*, escrito no trajeto pelo Rio Iguaçu e publicado na sexta edição da *Revista Azul*, monumentaliza o que teria sido a experiência de Silveira Neto, que contava estar maravilhado e extasiado diante de um cenário indescritível. Com a visão da mata que parecia se fechar atrás e adiante da embarcação, expôs que as belezas naturais poderiam despertar “emoções agradáveis, agradando salutamente a esthetica dos nossos sentimentos”. Ao mesmo tempo em que se construía a identidade do lugar, definia-se a identidade do narrador – todos os aspectos naturais estavam remetidos à tristeza, solidão e saudade, em referência ao ente amado que havia ficado em Curitiba. O estilo, junto

do sentimento verbalizado, permitia a decodificação das “emoções agradáveis” ao público leitor, capazes de captar os signos e símbolos do quão deslumbrante era a natureza no interior do Paraná e a oportunidade de se navegar no Iguaçu, de uma imensidão que fazia o próprio poeta se sentir grande.

Como dito, a constituição da paisagem dos rios, das florestas, das estradas, das paisagens em geral, estava dentro do projeto de construção do regionalismo e das aspirações pela criação da identidade paranaense. À vista disso, não foi Silveira Neto o único a exaltar a natureza da região, fato observável em todos os outros relatos de viajantes publicados anos depois pelos jornais da capital. Pelo correspondente do periódico *A Noticia*, Triunpho é descrito como uma “pequena e pittoresca villa”, de “clima excellente” (Excursão [...], 1905); no *Diario da Tarde*, aparece como uma vila situada em “bonito local” e de “riquezas naturaes” pujantes, rodeado de inumerável quantidade de araucária e banhado pelo “caudaloso Rio da Varzea” (Posse [...], 1908); o *Olho da Rua*, divulga um relato em que Triunpho é delineado, também, como uma “pittoresca villa” beneficiada por um “magnifico crepusculo cheio de encantos, desses crepusculos proprios do Paraná, que inebriam e transportam os nossos corações a regiões suaves e doces” (Uma viagem [...], 1909). Outra particular expressão desse movimento foi publicada no *A Republica*:

S. João do Triunpho, topográficamente, é uma villa pitoresca. Assentada sobre um grande comoro, domina altiva, d'entre o verdejar idyllico da selva que a circumda e lhe põe uma nota soridente e cheia de oxygeneo e chlorophila, os pinharaes que se estendem por verde-escuros todos os lados, alcançando, imponentemente, suas cabelleiras para o alto como n'uma avidez submissa de se perfilarem, em grande zumbaia vegetal, à villa, que os olha, como d'um solio, do cume do outeiro (S. João [...], 1906, p. 1).

Por mais que não seja possível precisar ou identificar os autores dessas outras narrativas, nem mesmo o objetivo específico de cada viajante ou correspondente, eles se conectam, com suas diferentes e invisíveis condições profissionais, institucionais ou de financiamento, à produção discursiva do regionalismo paranaense, representando a posição da imprensa impressa no jogo pela construção do Paraná. Em termos bachelardianos, a materialidade da região e seu entorno oferecia incontáveis significados, como os enunciados tanto pelas sensibilidades de Silveira Neto quanto pelos autores não nomeados, ao difundir

imagens-discursos que não privilegiam o tempo ou a duração, mas os *espaços* (Bachelard, 2005, p. 28-29).

Se a paisagem construída nos versos poderia remeter a uma visão idílica, abrolhando um espaço idealizado a partir de determinado tipo de naturalismo baseado na valorização da região por sua condição dita paradisíaca – as matas e os rios ao redor da “vila pitoresca” –, tal paisagem estabelecia as fronteiras da construção da identidade, como dito, dos próprios autores e do Paraná, a partir de uma cultura que queria enaltecer a natureza e a vincular ao Estado, ao mesmo tempo que tentava promover Triunpho para que recebesse atenção e, por consequência, investimento político-econômico, principalmente por ter um amplo território que já demonstrava ser rentável para a indústria da erva-mate. A definição das linhas divisórias e do alcance territorial, logo após a instalação do município, foi publicada pelo *A República*: “Da fóz do rio ‘Lageado Liso’ no Iguassú, até sua cabeceira, desta em linha recta a sahir no traçado Rebouças [...] seguindo por este até a Serra da Esperança, por esta até o Iguassú, por este acima até a fóz onde começou” (Decreto [...], 1890, p. 1), ou seja, pertencia ao território de Triunpho, entre parte do Rio Iguaçu e parte da Serra da Esperança, toda uma porção de terras que, mais tarde, formariam as cidades vizinhas de São Mateus do Sul, Mallet, Rio Azul e Rebouças. Esse considerável terreno dava uma configuração demográfica particular ao município entre os séculos XIX e XX: tendo em vista as informações do recenseamento de 1900, a população de Triunpho contava com 11.938 pessoas, número não tão distante de São José dos Pinhais (15.625) e superior a Palmas (9.003) e União da Vitória (2.713) (Recenseamento, 1901, p. 2).

Trocando em miúdos, pelo ponto de vista geográfico e demográfico, as tramas que envolveram a formação da história político-administrativa e da consequente política de colonização de toda essa área do sudeste do Paraná, precisamente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, estavam se referindo ao Triunpho e suas potencialidades enquanto espaço paranaense. Essa tese pode ser corroborada quando se considera algumas expressões presentes nos mesmos jornais: primeiro, em que é propagandeado que a região poderia se tornar “um dos principaes pontos do nosso Paraná, si houver interesse dos poderes competentes para suas vias de comunicação com os centros comerciais do Estado” (Excursão [...], 1905, p. 1); depois, que “tendo occasião de admirar a pujança de suas riquezas naturaes”, lastimava-se que o município “ainda não ocupa o lugar que lhe deve competir no concerto progressista do nosso Estado” (Posse [...], 1908, p. 1); por fim, que “Triunpho é um termo mais ou menos

populoso e de grande futuro pela uberdade de seu solo, pela riqueza de sua flora e principalmente pela extensão de seus bellissimos hervaes" (Em viagem, 1917, p. 1-2). Tais potencialidades já estariam manifestas nos pequenos agrupamentos de imigrantes desde os primeiros anos de colonização.

A primeira impressão do desembarque de Silveira Neto (1893, p. 8) no território de Triunpho, em Palmyra, foi publicada na penúltima edição da *Revista Azul*: depois de subirem uma pequena ladeira e se depararem com a colônia, visualizaram uma “cidade em miniatura” com aproximadamente 390 pessoas, sendo 304 poloneses. Havia, segundo o relato, ruas direitas e caprichadas com algumas edificações; ao lado da primeira estrada, que começava na margem do rio, elevava-se uma “igreja tosca, mas elegante”; existia um cemitério conservado; uma escola; meia dúzia de casas particulares; seis casas comerciais de compra e exportação de erva-mate. A atenção dada às ruas, às construções, à disposição dos elementos na organização social de forma geral, cruza-se com uma questão fundamental para as projeções do progresso local.

As políticas de colonização não poderiam se resumir em amontoar um monte de pessoas de forma desordenada. Uma articulação entre o executivo e o legislativo, especialmente dentro do próprio município, passou a representar interesses próximos aos dos governantes e intelectuais (como médicos e juristas) que pretendiam transformar as capitais brasileiras, no acender das luzes do século XX, em cidades modernas e higiênicas. É desse modo que os códigos e leis triumphenses instituíram que as ruas, para serem “direitas e caprichadas” – conforme a descrição do poeta –, deveriam ter uma largura padronizada de 18 metros; as edificações necessitavam cumprir o requisito de 3,96 metros de altura, com nivelamento das portas em 3 metros e das janelas em 2 metros; foi atribuída aos moradores a obrigatoriedade de capinar e limpar as frentes das residências, bem como pintá-las ao menos uma vez por ano; passou-se a proibir que se jogassem detritos humanos nas ruas ou mesmo fazer borrões nas paredes e “escrever palavras immoraes”; começou-se a impedir que pessoas com moléstia contagiosa se ocupassem da venda de gêneros alimentícios; os mortos, igualmente, deveriam receber um tratamento adequado, com seus sepultamentos não mais nos quintais das casas, mas nas covas apropriadas dos cemitérios. Também são descritas leis particulares ao cotidiano rural, como as que cobravam impostos

anuais sobre carroças (grandes, médias e menores); multas sobre as cabeças de cães, porcos, cabritos ou carneiros que fossem encontrados vagando pelas ruas das vilas; leis que solicitavam aos moradores dos quarteirões que auxiliassem na extinção de gafanhotos das plantações; leis que determinavam que as pontes e os aterros nos rios fossem conservados e reconstruídos pelos habitadores que por eles passassem. Seria importante, no mesmo sentido, instituir medidas de segurança pública, como as que começaram a proibir o uso de pistolas, revólveres e punhais sem licença das autoridades policiais (Orçamento [...], 1903, p. 2-3).

Enfim, foram variadas as formas de regulamentar e organizar o cotidiano em Triunpho desde a sua formação político-administrativa. Articulando as funções sociais, jurídicas, fiscais, higiênicas, repressivas etc., a complexificação da sociedade e do espaço público, ainda que não fosse urbano, autorizou os agentes do “governo dos vivos” a investir em instituições que passaram a articular ordem com progresso, sendo um elemento resultado lógico do outro. Definido um espaço limpo, relativamente organizado e seguro, as portas estavam abertas para o investimento regional: no caso, a exploração da erva-mate.

TRABALHO E PROGRESSO: A FÁBULA DOS IMIGRANTES

Além do ordenamento da “cidade em miniatura”, a atenção dada às casas de erva-mate por Silveira Neto é notável, mas era de se esperar: tratava-se do principal produto da economia paranaense e servia ao discurso do progresso do Estado, útil ao esforço pela consolidação do território e para a instituição da região. Era como se toda a população do Paraná, na capital e no interior, pessoas da elite ou não, estivesse nutrida de uma motivação comum – o progresso –, que, nesse cenário, dependia, basicamente, de duas coisas: esforço humano e comércio de erva-mate. Ambos os elementos enunciados por Silveira Neto na narrativa de Palmyra, descrita como “uma paragem bonita e cheia de vida” graças ao trabalho para “extrahiram herva matte” de alguns nacionais e estrangeiros vindos do leste europeu (os denominados eslavos, chegados principalmente da Polônia e das áreas da chamada Galícia, então pertencentes ao Império Austro-Húngaro e posteriormente localizada na Ucrânia):

Junto à povoação está a colonia que tem 16 lotes ruraes, povoados por nacionaes e estrangeiros polacos que se dedicam á lavoura e á extracção do matte.

Em fim, o esforço humano já patenteia n’esse apreciavel lugarejo os resultados do seu poder fecundo, derribando as mattas e

abrindo novas veredas por onde se estendam as arterias do progresso (Silveira Neto, 1893, p. 8).

Assim, dava-se sentido à noção da disposição para o trabalho por parte de alguns nacionais e, especialmente, dos imigrantes, uma das formas para marcar a própria diferença do “tipo paranaense” – representantes de uma etapa avançada do desenvolvimento regional – e a veicular a um discurso civilizatório moralizante, capaz de fazer desabrochar esse “poder fecundo”. Silveira Neto representava algo fundamental para o grupo de escritores paranaenses do final do século XIX: “a forja de uma identidade local com vistas ao futuro, uma afirmando o Paraná – e eles mesmos – como ‘modernos’” (Camargo Junior, 2020, p. 455-456). Sem deixar de convergir com a *formação discursiva nacional-popular*⁸, advinda, entre tantas coisas, da necessidade de superar o passado escravagista pela promoção da identidade brasileira, a valorização do *tipo paranaense* estava atravessada, necessariamente, pela busca da definição de marcas distintivas locais que reservassem a diferenças do Paraná como região única, de pessoas únicas e, inclusive, de uma formação racial singular.

Originalmente, nesse discurso, a população paranaense teria sido formada por caboclos, “estando este mestiço num processo de desenvolvimento da ‘espécie humana’ e que viria a ser, aos poucos, superado pelo processo de modernização da região” (Camargo Junior, 2020, p. 455-456). A geração de Silveira Neto associava os “costumes paranaenses” aos “hábitos rurais” desses caboclos, como o plantio e venda de produtos agrícolas, corridas de cavalos, bailes realizados em galpões, além do pouco estudo formal e da crença em elementos místicos. Seria um perfil condizente com o discurso de construção moral pretendido pelo regionalismo, estimando características psicológicas como a inocência, a contenção e a pureza. Romantizava-se o convívio do homem e da mulher do campo: o cotidiano ganhava características sacralizadas, partindo da precedência de um ideal católico, com valores muitas vezes sendo superados pela urbanização e pela industrialização, pela degenerescência das grandes cidades. Raros seriam os relatos de violência ou crimes nesse interior idealizado, sobretudo com a chegada dos imigrantes civilizados e a aculturação com os valores caboclos.

Delimitar as particularidades locais de uma província com um pouco mais de quarenta anos estava atrelada a uma construção discursiva (e imagética) basilar: a região e o processo de ocupação teriam afetado de forma mesológica a constituição psíquica, física e de costumes da população local, a qual era “mais

evoluída” por conta da suposta ausência de negros no Sul do país (não tinha qualquer característica atávica que pudesse impedir a população do Estado de se modernizar), já que se relativizava a escravidão no Paraná⁹. Isso está relacionado não só ao discurso que recusava a presença negra no Estado, mas à formação imagética-discursiva de que a população paranaense era constituída por uma raça mais próxima aos europeus, principalmente pela presença da genérica categoria “imigrantes eslavos”, desde a segunda metade do século XIX. Em outras palavras, as especificidades regionais eram resultantes da junção entre raça, ambiente e trajetória.

O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais (Albuquerque Júnior, 2009, p. 53).

Se desde o final do século XIX os escritores simbolistas e membros da elite político-intelectual paranaense começaram a produzir um conjunto de discursos, com textos literários e estudos históricos, imagens e metáforas, sobre a identidade social e cultural do Paraná, esse movimento esteve totalmente disposto em um fundamento étnico que buscava assegurar que a figura “branca” do imigrante não-português de origem europeia era o fermento social da particularidade paranaense em relação às demais regiões do Brasil. Aí se encontra uma das primeiras manifestações da diferença do Paraná, que se colocou em oposição ao “Brasil tropical”: na sua especificidade, o sul possuía clima mais próximo ao europeu, com brumas esbranquiçadas e geada – disso teria decorrido, inclusive, a inspiração para nomear o núcleo de “Brumado”, em Triunpho –, atmosfera propícia ao assentamento das colônias que passariam a ser um pequeno pedaço da Europa em solo brasileiro (Oliveira, 2007, p. 2). O simulacro de clima europeu, inclusive, fica bastante ilustrativo pela crônica aventureira do viajante que esteve hospedado na cidade em uma noite de inverno de 1909:

Dali a momentos começava a cochilar quando dolorosos gemidos vindos do quarto do Zenha me puseram em alerta. Que seria?
– Oh! Zenha! Que é isso?
– É este frio maldicto! Brrr... (Uma viagem [...], 1909, p. 23).

Por óbvio, o processo de diferenciação não se esgotava na dimensão climática – do “frio maldicto” acolhedor aos imigrados, não a qualquer tipo humano. Entre tantos casos singulares da imigração no Brasil, tal processo para o Paraná, nos termos de Márcio de Oliveira (2009), é um “exemplo emblemático”. Isso porque a imigração no Estado esteve a meio caminho entre dois modelos tradicionalmente expostos: apresenta-se tanto como uma resultante de ações públicas locais e federais, mas, mormente, como efeito da vontade dos próprios imigrantes. Com início anterior à emancipação da Província, a imigração (e as imagens positivas que lhe foram atribuídas em certo momento) foi transformada em uma das questões-chave no caminho de ocupação e colonização do território e, como tem sido reiterado, na própria definição da identidade cultural paranaense. Data de 1855, segundo Oliveira (2007), a emergência da associação positiva entre imigrante e trabalho – modelo positivo que nem sempre foi mantido –, quando no Relatório do Presidente da Província esteve presente a ideia de “promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos”.

Do ponto de vista pragmático, desde as primeiras iniciativas dos governantes, agenciar a imigração foi estabelecido como objetivo para atrair uma população rural e trabalhadora (morigerados e laboriosos), com a intenção de abastecer o Paraná com gêneros alimentícios. Já na hipótese depreendida por parte dos representantes da posterior geração de intelectuais reconhecidos como *paranistas*, os fluxos de imigrantes para o Paraná não teriam sido tão influenciados pelas políticas oficiais provincianas. Na época do apoio oficial, pelos anos de 1871 a 1887, algo entre 5 mil e 7 mil imigrantes teriam chegado ao Paraná; já no entremeio de 1890 e 1900, momento chamado de “febre imigratória”, quando a política oficial de incentivo já havia terminado, o número total de imigrantes teria sido aproximadamente de 20 mil pessoas; enquanto entre 1900 e 1914, cerca de 15 mil imigrantes chegaram. Desses fluxos, resultaram as criações de colônias nos arredores de Curitiba e em outras regiões do estado, entre elas “as mais importantes são: São Mateus (1.225 colonos), d’Eufrosina (1.475 colonos) e Rio Claro (3.425 colonos)” (Oliveira, 2009, p. 224), exatamente no território que até a primeira década do século XX pertencia ao Triunpho. Ao final de todo esse processo, uma constatação na visão das autoridades políticas e do saber: a imigração poderia ser, discursivamente, a responsável por tornar a sociedade paranaense “moderna”.

No limiar entre as figuras do “caboclo” e do “imigrante”, com a devida *revalorização de seus papéis*, a invenção da “primeira” história do Paraná

realizada pelo já citado Romário Martins¹⁰, a partir de 1920, foi importante no processo de redimensionalizar social e culturalmente a realidade de um Paraná que seria reconhecido pelos seus valores, especialmente a disposição de seu povo para o trabalho. As próximas gerações, como a de Wilson Martins, já nos anos de 1950 e 1960, deram continuidade ao empreendimento de inventar “imagens da diferença” do Paraná em relação ao Brasil a partir da centralidade dada ao imigrante. Equacionava-se que o “Brasil diferente” existente no Paraná se distanciava do Brasil de Gilberto Freyre, que era recheado de “elementos perturbadores” (especialmente com a presença do português e do negro) (Oliveira, 2005). *Grosso modo*, foram pelo menos três gerações de intelectuais empenhadas em construir a identidade paranaense não por sua aproximação ao nacional, mas pela sua peculiaridade regional, o que incluiu reforçar que as relações econômicas do Paraná há muito tempo estavam concentradas em bases capitalistas, com estrutura relativamente tecnológica e concorrencial, impulsionada por uma forte atividade comercial e exportadora, possibilitada pela existência de recursos naturais prontos para serem aproveitados.

A imagem do progresso ocasionado pela labuta dos imigrantes e permitido pela extração e comércio de erva-mate (anos mais tarde noticiado como “entusiastico” e “animador” pelo *A Republica* (S. João [...], 1906, p. 1), repetida por Silveira Neto em sua passagem por Palmyra, estava em oposição ao que teria sido a área de Triunpho antes de sua ocupação e da exploração de seus recursos:

A uns vinte annos passados era este logar, agora pleno de amenidades e riqueza, um sertão medonho e robusto habitado por feras e toda a qualidade de caça pequena, especialmente antas, porcos do matto, varios lobos, leões e onças e as capivaras que, até hoje, apresentam-se aos pares na beira do rio (Silveira Neto, 1893, p. 6).

Se esses relatos aparecem como inventários das diferenças e das potencialidades presentes no interior, dentro de um contexto de disputa pela terra (o que envolveu o direito de se estabelecer, explorar, planejar o futuro), o mundo natural é visto e dito na condição de recurso explorável, enquanto a indústria é considerada parte indispensável e obrigatória para o progresso. Conhecer e divulgar as “amenidades” e as “riquezas” do que antes era um “sertão medonho e robusto habitado por feras” assumia significados simbólicos e políticos distintos, ambíguos por excelência. De um lado, a natureza era saudada como sinal de “grandeza e poder”, de outro, aparecia como problema para o projeto político de construção regional,

ou seja, o elogio laudatório da natureza convivia intensamente com a prática de constante agressão contra suas principais expressões (Carvalho; Rundvalt, 2017, p. 74-76). Na iniciativa discursiva de invenção da região houve pouca ou nenhuma preocupação com a relação entre os desmatamentos e a degradação ambiental gerada pelo processo do “ciclo econômico ervateiro”.

Derrubar as abstratas “matas” se tornou sinônimo de desenvolvimento, o que levou o poder público estadual e municipal a planejar a organização para contornar esse “problema” (Carvalho, 2009). Exemplo disso é que no ano de 1910, no relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização (SOPC), é mencionado como as grandes matas estavam dificultando a situação dos núcleos imigratórios localizados na região do Rio Iguaçu: “os prazos mostram que as vias de acesso continuam inacabadas [...] vencer as arvores demanda muitos homens e as novas clareiras abertas logo são tomadas por arvores phynas” (Paraná, 1910, p. 42). Tal agitação apareceu na elaboração dos códigos municipais, já que os líderes políticos locais congregaram sob o título de *Industria e Agricultura* a definição da utilidade das terras de Triunpho a partir de uma simples divisão: as terras do município eram *de criar* ou eram *de laboura*, sendo que as primeiras consistiam em campinas para criação de animais e as segundas em “mattos virgens e capoeiras” especialmente dedicadas a cultura da erva-mate (Orçamento [...], 1903, p. 2-3).

Fica evidente como essa *política de vencer árvores*, que demandava ações numerosas (de muitos homens) e incisivas (contra a imponência das plantas emergentes), entrelaçava-se com a narrativa do viajante: não há cisão entre o interesse político-econômico, de poder, da constituição do espaço paranaense e do empreendimento contra as matas, e o interesse linguístico, de conhecimento, sobre a natureza regional e a necessidade de sua superação para o consequente progresso. Invariavelmente, tratava-se de um projeto que envolvia transformar o “espaço vazio” em um território produtivo.

Juntas dos mecanismos de ocupação territorial do Paraná que reiteravam a necessidade de um conflito dedicado contra as matas, as estratégias governamentais insistiam na figura do imigrante agricultor munido de ferramentas: eram homens e mulheres, crianças e idosos, que deveriam se disponibilizar, com enxadas, foices e facões, para roçar, capinar e cavar. Mesmo a década de 1930, para Gabriel Pochapski (2022a, p. 279-281), não representou uma transformação nas relações conflituosas dos habitantes com as matas, exemplo disso foi o envio para a Polônia do livro a ser publicado por um habitante do município de Mallet (próximo

a Triunpho) sob o título de *Jak wygrać lasy sosnowe w Paraná* (Como vencer/domar/conquistar a floresta de pinheiros no Paraná). O investimento temporal das estratégias de ocupação nos espaços da matas foi importante para abrir não só áreas de criação de animais ou de plantações: a abertura de estradas recebeu tanta ou mais atenção quanto as duas outras atividades. Questão que ganharia centralidade nos termos da governança municipal e, fragmentariamente, nas alusões dos viajantes.

No capítulo *Estradas e caminhos* das leis municipais a atenção dada a abertura das matas, seja para a passagem de pessoas, animais ou transportes, foi maior do que qualquer outro tema dos mesmos códigos (Orçamento [...], 1903, 273, p. 3). Houve uma demonstração dispendiosa para que as estradas não fossem abertas de forma arbitrária, exemplo disso é que ninguém poderia embaraçar, abrir ou mudar caminhos sem prévio acordo e autorização da municipalidade, sempre com sanção do governador ou do poder judiciário. Outro ponto fundamental, corroborante para a versão de Pochapski, é que os moradores eram obrigados ao serviço de abrir e conservar as estradas de seus respectivos quarteirões. Mas de que forma se controlaria a arbitrariedade e conduziria as forças para a abertura e conservação das estradas? Como uma ponte entre as espacialidades transitadas por “pessoas comuns” e o poder judiciário, aí passou a aparecer, diretamente, a atuação franca de uma figura que foi tornada importante dentro do quadro de autoridades do poder local: o *Inspetor de Quarteirão*¹¹. Pelo menos nesse contexto, talvez mais importante que suas atuações sobre a prevenção dos crimes (que no discurso regionalista, eram inexistentes), os inspetores possuíam várias competências relativas às estradas: intimar os habitantes ao serviço e remeter cópia à câmara municipal; avisar os moradores sobre o dia para começarem os trabalhos nas estradas; conduzir a direção dos caminhos a serem abertos; remeter às autoridades as listas tanto dos presentes quanto dos faltantes; cobrar “amigavelmente” as multas que fossem impostas aos habitantes do quarteirão, sobretudo daqueles que faltassem com suas obrigações. Esse personagem representava bem como as autoridades locais não estavam situadas em mundos distintos dos usos e vivências interioranas, longe disso, eram sujeitos que incorporavam as leis, representando o projeto de colonização que deveriam envolver até, ou principalmente, o ordenamento das áreas afastadas das sedes coloniais.

As estradas não significavam meras vias de acesso, porque suas aberturas se tornaram uma estratégia geopolítica de produção da região na medida em que as

aberturas de “caminhos oficiais” ajudavam a cessar deslocamentos incontroláveis, como os nomadismos dos indígenas ou dos caboclos que percorriam as matas no século XIX. Abrir superfícies que interligassem o território era necessário para reger racionalmente os fluxos e mobilidades (Pochapski, 2022b, p. 78). Foi nesse período que as terras onde estava situada Triunpho foram transformadas no local das atividades dos agrimensores do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (DGTC), com projetos que visavam abranger porções grandes de terras cobertas por florestas, organizadas em traçados paralelos denominados “linhas”. Cada uma dessas linhas era formada por uma estrada que atravessava as matas na direção leste-oeste, enquanto que na direção norte-sul, os caminhos secundários abertos eram chamados de “vicinais” (Pochapski, 2022b, p. 76). Entre os mesmos artigos que aparecem os inspetores nos códigos municipais, há tipificações particulares: trajetos vicinais são definidos como os caminhos que saíam nas linhas e que se dirigiam a “paióis e terras de planta”; enquanto as estradas municipais eram aquelas que comunicavam os distritos e quarteirões entre si (Orçamento [...], 1903, p. 3).

Linhos e vicinais, assim, foram relevantes para os projetos de esquadrinhar as densas vegetações que contactavam as margens do Rio Iguaçu. No encontro dessas estradas, os agrimensores traçaram os limites de inúmeros lotes que foram vendidos para os imigrantes europeus direcionados para aquelas terras. Esse modelo organizacional, próprio de uma estratégia comum nos projetos de colonização do Paraná, servia de suporte para as demarcações das futuras propriedades e para que os novos habitantes fossem distribuídos em lotes específicos, focando na mistura de famílias de diferentes etnias em uma mesma localidade, já que evitaria a concentração de grupos que pudesse ser resistentes às demandas do recém instaurado governo republicano. Adentrar nas terras e abrir caminhos, além disso, se transformou em importante negócio para o projeto progressista do estado.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A busca por uma origem e uma história para embasar a crença do enunciador e aumentar a eficácia da enunciação nas linhas de um saber legítimo sobre parte do território paranaense foi formada de manifestações tão variadas e diversas e, ainda assim, estiveram ligadas por determinadas conjunções: o domínio da técnica e da natureza; a conquista e penetração dos espaços; a velocidade que

deveria suprimir tanto a distância quanto o tempo; a construção de um mundo eminentemente masculino, especialmente fundamentado na ideia iluminista do conhecimento como penetração (McClintock, 2010). Em uma região simbolicamente feminilizada (descoberta, penetrada, nomeada, inseminada, possuída), aos olhos dos viajantes, o espaço de Triunpho estava aberto para que se pudessem travar as disputas masculinas.

Nesse sentido, a virtualização do desenvolvimento do espaço territorial, esteve rodeada de discursos compostos por um encabeçamento bastante homogêneo, haja vista a urgência e regularidade, pelo menos desde a geração dos simbolistas, dos objetos tematizados dentro da produção discursiva do Paraná. Em um olhar prospectivo, baseava-se na fórmula já aludida entre recursos naturais (como as araucárias e a erva-mate), somada à presença de pessoas trabalhadoras (especialmente os imigrantes eslavos e seus descendentes), em que o resultado foi a constituição e conformação de uma *região pelo progresso*, apolínea, do tempo futuro.

A produção que fundamentou o território geográfico, à vista disso, percorreu paralelamente a efetivação do poder cultural, econômico e político da instituição da região. Transmitida pelas variadas manifestações discursivas, formulados não só pelos intelectuais, a regionalização não foi resultado de uma “objetivação direta de posições hermenêuticas sobre a realidade”, mas, inversamente, foi composto de investimentos eficazes em fazer predominar sobre as espacialidades e territorialidades uma transferência da “natureza das coisas” e da essência do “ser regional” para os alvos pretendidos (Szesz, 1997, p. 164). São discursos que alijam e segregam forças, que as dobram ou as excluem, então nada haveria de inocente ou neutro nisso.

Contudo, não de forma relacional ou direta, houveram muitas outras aberturas que poderiam ser uma agrura para a invenção da região com total correspondência entre as aspirações progressistas e o *status positivo* dado à espacialidade daquele interior no início de sua colonização. Esse pequeno sinal se repetiu e ganhou intensidade, ao ponto de *inventar um outro Triunpho*, com espacialidades e temporalidades, no mínimo, dissonantes. As imagens desse “outro Triunpho” – a ser abordado em um artigo futuro – não excluíram ou invalidaram tais discursos instituintes da região, porque, na realidade, estão superpostas e justapostas a eles, fazem parte deles, mesmo que se ocupem de temporalidades, por vezes, diferentes. São imagens que parecem avessas, contrárias, opostas, talvez de uma

dimensão dionisíaca, que produziram uma formação discursiva baseadas na noção de haver uma situação desprestigiosa em seu território, de dito declínio e de uma suposta *ausência* do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1985.
- BRASIL. *Lei de 29 de novembro de 1832*. Promulga o Código do Processo Criminal de Primeira Instância com disposição provisória à cerca da Administração da Justiça Civil. Rio de Janeiro: Brasil Império, 1832. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-36004-29-novembro-1832-541637-publicacaooriginal-47265-pl.html. Acesso em: 5 fev. 2024.
- BRASIL. *Decreto nº 7.248, de 19 de Abril de 1879*. Concede a Amazonas de Araujo Marcondes privilegio para estabelecer por si ou por meio de uma companhia uma linha de navegação a vapor no rio Iguassú, desde o ponto denominado Cayá-Canga até ao porto da União. Rio de Janeiro: Brasil Império, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7248-19-abril-1879-547934-publicacaooriginal-62863-pe.html>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- CAMARGO JUNIOR, Mauro Cezar Vaz de. *Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecidas pelos paranaenses e pelos brasileiros: a construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CAMARGO JUNIOR, Mauro Cezar Vaz de. Júlio Pernetta e a série “costumes paranaenses”: o caboclo nos esboços literários regionais. *Revista Hydra*, Guarulhos, v. 4, n. 8, p. 453-481, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/10163>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- CARVALHO, Alessandra Izabel de; RUNDVALT, Darcio. Narrando a Paisagem: os Campos Gerais do Paraná em três relatos de viagem do século XIX. *Fronteiras*, Anápolis, v. 6, n. 1, p. 69-94, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2189>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Cadernos do CEOM*, Servidão Anjo da Guarda, v. 21, n. 29, p. 63-81, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>. Acesso em: 17 dez. 2022.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In: CUNHA, Maria Clementino Pereira (org.). *O direito à memória*. São Paulo: STDP/DPH, 1991.

DECRETO n. 63. 1890. *A Republica*, Curitiba, ano 5, n. 99, abr. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/751>. Acesso em: 5 fev. 2024.

EM VIAGEM. *A Republica*, Curitiba, ano 31, n. 29, fev. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/215554/per215554_1917_00029.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

EXCURSÃO ao Triunpho Impressões recebidas Anniversario. *A Noticia*, Curitiba, ano 2, n. 206, jul. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/187666/per187666_1906_00209.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas*: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GUIMARÃES, Simone Koniski; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A preservação da memória da hidrovia do Rio Iguaçu (PR). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 16, n. 66, p. 157-168, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39081>. Acesso em: 17 dez. 2022.

JANNASCH, R. *Karte von Santa Catharina und Paraná: nach den neuesten quellen*. Berlin: Lith. Anst. v. Leop. Kraatz, [1900?]. 1 mapa, col., 62 x 28. Escala 1:1.000.000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530256/cart530256.jpg. Acesso em: 5 fev. 2024.

KASPRZAK, Celso. *Pelos caminhos do Triunfo*: história do município de São João do Triunfo (PR), com destaque para as primeiras décadas. Palmas: Kaygangue, 2019.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial*: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

NOVACKI, Luís Henrique. “Como se liberto nascesse de ventre livre”: escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). *Revista Vernáculo*, Curitiba, n. 3, p. 67- 84, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18072>. Acesso em: 21 dez. 2022.

OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/5287>. Acesso em: 17 dez. 2022.

OLIVEIRA, Márcio de. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18521>. Acesso em: 17 dez. 2022.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. *Estudos Históricos*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 218-237, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Bf5C3hdLz7H3BZKbfJG8zPF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2022.

ORÇAMENTO e posturas da Camara Municipal de São João do Triunpho. *A Republica*, Curitiba, ano 18, n. 271/273, dez. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/215554/per215554_1903_00271.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

PARANÁ. *Relatório apresentado ao Sr. Francisco Xavier da Silva, governador do estado do Paraná pelo engenheiro civil José Nipce da Silva Secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de dezembro de 1910*. Corityba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1910.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro; IEGELSKI, Francine. O paraíso terrestre no Brasil: Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 47-72, 2002. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional31.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

POCHAPSKI, Gabriel José. As ferramentas do crime: corpos, objetos e tensões na região das araucárias (Mallet/PR, 1930-1940). In: GRUNER, Clóvis; SOCHODOLAK, Hélio. *História do crime e da criminalidade no Paraná*. Curitiba: Editorial Casa, 2022a.

POCHAPSKI, Gabriel José. Estradas instáveis, corpos em movimento: uma análise histórica do crime em espaços de fluxos (Mallet-PR, 1913-1926). In: SOCHODOLAK, Hélio; GRUNER, Clóvis (org.). *Vidas em processos: crime, violência e Justiça na história de Mallet-PR*. Guarapuava: Unicentro, 2022b.

POSSE do governo municipal – Contracto natalicio – S. João do Triumpho – Dr. Mello Rocha. *Diário da Tarde*, Curitiba, ano 11, n. 2921, out. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/10780>. Acesso em: 5 fev. 2024.

RECENSEAMENTO. *Diario da Tarde*, Curitiba, ano 3, n. 713, jul. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/2670>. Acesso em: 5 fev. 2024.

RUNDVALT, Darcio. Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX – Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2016.

S. JOÃO do Triumpho. *A Republica*, Curitiba, ano 21, n. 188, nov. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/18423>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SÃO JOÃO DO TRIUINFO. *Livro tombo número 1 da Paróquia São João Batista*. 1883-1983.

SILVEIRA NETO, Manuel Azevedo da. A Viagem. *Revista Azul*, Curitiba, ano 1, n. 1/6, p. 5-8, 1893. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/765864/per765864_1893_00001.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVEIRA NETO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos saltos do Iguaçu*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 145. Disponível em: <http://brasiliandigital.com.br/brasiliiana/colecao/obras/98/do-guaira-aos-saltos-do-iguacu>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná*: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609/3932>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TOURINHO, Monteiro. *Carta dos campos de Guarapuava e Palmas*. 1881. 1 mapa, 18 x 28cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542337/cart542337.jpg. Acesso em: 5 fev. 2024.

UMA VIAGEM pelo Iguassú (notas de um *touriste*). *O Olho da Rua*, São Paulo, ano 3, n. 57, p. 23, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/240818/1592>. Acesso em: 5 fev. 2024.

NOTAS

- 1 Doutor em História (Universidade Federal do Paraná). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4827-9480>. E-mail: marcelodribas@gmail.com
- 2 Refere-se ao nome de São João do Triunfo na grafia antiga. A opção é estilística, mas, também, foi considerada a partir da norma gramatical de boa parte do período analisado. Seria uma forma de fazer um “mergulho” para um lugar menos santificado e idealizado (aí a escolha de não utilizar “São João”). Vale dizer que a transcrição das fontes, ao longo de todo o desenvolvimento da narrativa, seguiu a redação original.
- 3 O uso das expressões “mito do progresso”, “suposto progresso” e “fábula dos imigrantes” não tem a intenção de negar a existência empírica de transformações materiais, técnicas e econômicas ocorridas no Paraná entre o final do século XIX e o início do XX, nem de minimizar a intensidade do trabalho agrícola ou a agência efetiva dos imigrantes nesse processo. Tais formulações operam, antes, em um registro analítico específico: procuram evidenciar que, paralelamente ao desenvolvimento material, constituiu-se um aparato discursivo que atribuiu sentidos, valores e hierarquias a essas transformações, selecionando protagonistas, omitindo conflitos e convertendo experiências históricas em narrativas teleológicas. Em outras palavras, não se trata de negar o desenvolvimento, mas de compreender como determinadas ideias de progresso – sempre situadas histórica e culturalmente – foram mobilizadas, celebradas e naturalizadas. Essa abordagem não exclui a possibilidade de que imigrantes tenham trazido consigo culturas de trabalho distintas, nem ignora que indicadores contemporâneos de desenvolvimento (como o IDH) são instrumentos válidos de mensuração; apenas enfatiza que, no período estudado, a retórica do progresso funcionou como operador simbólico central na configuração de uma identidade regional e na legitimação de projetos políticos e econômicos.
- 4 A dicotomia que opõe o sertão ao litoral foi tornada uma questão arquetípica da cultura brasileira. Por um lado, o litoral representava o espaço do processo colonizador e desnacionalizador, isto é, lugar de vidas e culturas voltadas para a Europa. Enquanto isso, o sertão aparecia como o lugar onde a nacionalidade se esconde, isento de influências estrangeiras. O sertão, assim, seria muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial específico: é uma imagem-força que procura “conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, a garimpagem, o cangaço, o latifúndio, o messianismo, as pequenas cidades, as secas, os êxodos etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes”. Ver: Albuquerque Júnior (2009, p. 67).
- 5 Ver: São João do Triunfo (1883-1983).
- 6 Não se trata, de todo modo, de excomungar o trabalho de compilação dos registros político-administrativos municipais. Deve-se considerar, no mínimo, que historicamente não houve atenção à preservação ou organização de um acervo de qualquer tipologia documental por parte das instituições do município e como o livro de Kasprzak apresenta integralmente alguns fragmentos de um “passado perdido” de Triunfo, como no caso de Códigos de Posturas e leis municipais que fazem referência a algumas das formas de investimento do poder público no cotidiano rural paranaense do início do século XX. Sobre o enquadramento da memória e a construção da memória histórica, ver: Decca (1991).
- 7 Tal trajetória contribui na compreensão da relação hierárquica aplicada na produção cultural do país, em que os escritores do Paraná ocupavam uma posição inferior, ou, pelo menos, menos relevante, em relação ao centro da produção nacional, como Rio de Janeiro e São Paulo. Estes, sim, eram os espaços de consagração de reconhecimento nacional, responsáveis por promoverem as normas às quais se submetiam os espaços de menor impacto. Ver: Camargo Junior (2018, p. 61).
- 8 Trata-se de uma série de práticas e enunciados que deram conformação às ideias pelas quais a “história brasileira” foi desenvolvida, ou seja, que lhe deram uma visibilidade e uma linguagem. Nisto, pelo cruzamento de práticas e discursos sucessivos, aos “espaços regionais” foram sendo coladas “representações” de suas “essências”: sustentadas por uma rede de poderes que legitimava saberes sobre as identidades regionais, ainda que estereotipadas ou, em alguns casos, reservadas ao lugar de “gueto” nas relações sociais em nível nacional. No caso paranaense, a invenção da região se valeu, entre tantas coisas, de uma elaboração imagético-discursiva que, embora não fosse equiparável à São Paulo ou

Rio de Janeiro do ponto de vista das relações econômicas e políticas do país, permitiu diferenciar a região, em partes, pela constituição dos seus habitantes “civilizados”. Ver: Albuquerque Júnior (2009, p. 37).

- 9 Sobre a presença de negros escravizados, seus perfis e as diferentes atividades que desempenharam ao longo dos séculos no que veio a constituir o estado do Paraná, ver: Novacki (2000).
- 10 Considerado fundador do movimento paranaense e criador da “história regional paranaense”, a partir da década de 1920. A conformação de uma identidade local foi o interesse principal de sua geração, especialmente porque a história acabou se tornando a ferramenta central para que o “jovem estado” pudesse promover um passado que lhe conferisse valorização em nível nacional, ao mesmo tempo, que o diferenciava. Mesmo contemporaneamente os signos criados pela geração de Martins são reivindicados por grupos políticos de diferentes matizes ideológicas, defensores de um “Paraná Tradicional”. Ver: Camargo Junior (2018, p. 337-338).
- 11 Inspetor de quarteirão era uma função, de caráter policial, prevista no Código do Processo Penal de 1832. No artigo 16, o código previa que “Em cada Quarteirão haverá um Inspector, nomeado também pela Câmara Municipal sobre proposta do Juiz de Paz dentre as pessoas bem conceituadas do Quarteirão, e que sejam maiores de vinte e um anos. Art. 17. Elles serão dispensados de todo o serviço militar de 1ª linha, e das Guardas Nacionais; e só servirão um ano, podendo escusar-se no caso de serem imediatamente reeleitos. Art. 18. Competem aos Inspetores as seguintes atribuições: 1º Vigiar sobre a prevenção dos crimes, admonestando aos comprehendidos no art. 12, § 2º para que se corrijam; e, quando o não façam, dar disso parte circunstanciada aos Juizes de Paz respectivos. 2º Fazer prender os criminosos em flagrante delito, os pronunciados não afiançados, ou os condenados à prisão. 3º Observar, e guardar as ordens, e instruções, que lhes forem dadas pelos Juizes de Paz para o bom desempenho destas suas obrigações. Art. 19. Ficam suprimidos os Delegados”. Ver: Brasil (1832).